

Relatório da Diretoria

Senhores Acionistas: Dando cumprimento às disposições legais e estatutárias vimos submeter à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício que terminou em 31 de dezembro de 2022.

São Paulo, 27 de abril de 2023.

Balancos Patrimoniais em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 - Em milhares de reais				Demonstração de Resultados - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado				Demonstração dos Fluxos de Caixa - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 - Em milhares de reais			
	2022	2021		2022	2021		2022	2021	2022	2021	
Ativo			Passivo e patrimônio líquido			Receita líquida de vendas (Nota 2)	4.046.854	3.442.977	Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Circulante			Circulante			Custo dos produtos vendidos (Nota 2)	(2.342.420)	(2.242.412)	Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	773.394	
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 7)	77.554	34.217	Formecedores e contas a pagar (Nota 15)	249.540	241.684	Lucro bruto	1.704.434	1.200.565	Ajustes		
Contas a receber (Nota 9)	513.474	599.470	Empréstimos (Nota 14)	372.983	714.849	Despesas			Ajuste plano de aposentadoria (Nota 18 (a))	909	
Estoques (Nota 10)	790.503	696.763	Passivos de arrendamento (Nota 12)	463	376	Com vendas (Nota 22)	(504.416)	(503.598)	Ajuste plano médico (Nota 18 (b))	21.072	
Tributos a recuperar (Nota 11)	42.481	51.518	Salários e encargos sociais	91.116	109.136	Gerais e administrativas (Nota 23)	(374.274)	(397.833)	Ajuste gratificação por tempo de casa (Nota 19 (c))	6.038	
Financiamentos para colaboradores	10.921	11.490	Tributos a pagar	24.051	34.564	Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas (Nota 24)	(1.363)	242	Depreciação (Notas 12 e 13)	15.243	
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 8)	-	995	Instrumentos financeiros derivativos (Nota 8)	1.111	-	Lucro antes do resultado financeiro	821.198	319.197	Amortização	28	
Outros ativos	54.934	38.418	Mútuos com sociedades ligadas (Nota 28 (e))	79.408	83.221	Receitas financeiras	31.187	14.595	Perda com ativo imobilizado baixado (Nota 13)	1.773	
	1.489.867	1.432.871	Outros passivos	5.388	313	Despesas financeiras	(78.991)	(75.268)	Constituição (reversão) de provisão para perda estimada do contas a receber (Nota 9)	1.212	
Ativos não circulantes mantidos para venda (Nota 4)	-	23.100	Outros passivos	13.236	14.354	Resultado financeiro (Nota 25)	(47.804)	(60.673)	Constituição (reversão) de provisão para perda de estoques (Nota 10)	20.558	
Total do ativo circulante	1.489.867	1.455.971	Total do passivo circulante	837.296	1.198.663	Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	773.394	258.524	Constituição (reversão) de provisão para processos judiciais (Nota 27 (b))	20.558	
Não circulante			Não circulante			Imposto de renda e contribuição social (Nota 26)			Constituição (reversão) de outras provisões (Nota 16)	6.577	
Realizável a longo prazo			Empréstimos (Nota 14)	208.708	223.220	Corrente	(135.863)	(6.899)	Juros sobre mútuo com partes relacionadas (Nota 28 (e))	(3.804)	
Créditos com sociedades ligadas (Nota 28 (e))	40.409	131.709	Passivos de arrendamento (Nota 12)	412	816	Diferido	(82.048)	(15.977)	Lucro ajustado	40.376	
Tributos a recuperar (Nota 11)	16.849	79.063	Provisão para processos judiciais (Nota 27 (a))	84.475	91.368	Lucro líquido de exercício	555.991	235.748	Variações nos ativos e passivos	85.349	
Financiamentos para Colaboradores	18.128	16.885	Benefício pós-emprego (Nota 18 (b) e (c))	187.877	178.332	As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.			Contas a receber (Nota 9)	85.349	
Depósitos judiciais (Nota 27 (a))	55.245	53.498	Outros passivos	12.739	15.503				Estoques (Nota 10)	(114.298)	
Tributos diferidos (Nota 17)	228.594	313.474	Total do passivo não circulante	496.979	509.239				Tributos a recuperar (Nota 11)	84.746	
Supervit previdenciário (Nota 18 (a))	7.800	8.808	Total do passivo	1.334.275	1.707.902				Operações com derivativos (Nota 8)	2.106	
Outros ativos	9.365	4.448	Patrimônio líquido (Nota 19)	507.106	507.106				Outros ativos	(819)	
	376.390	607.885	Capital social	507.106	507.106				Formecedores (Nota 15)	(544)	
Ativos de direito de uso (Nota 12)	706	1.012	Reservas de lucros	211.890	42.726				Salários e encargos sociais	(18.020)	
Imobilizado (Nota 13)	110.842	111.272	Reservas de lucros	211.890	42.726				Tributos a pagar	(10.513)	
Intangível	2	30	Ajuste de avaliação patrimonial	(75.464)	(81.564)				Plano de pensão e médico (Nota 18 (b))	(9.113)	
Total do ativo não circulante	487.940	720.199	Total do patrimônio líquido	643.532	468.268				Juros relacionados (Nota 28 (d))	6.793	
Total do Ativo	1.977.807	2.176.170	Total do passivo e do patrimônio líquido	1.977.807	2.176.170				Outros passivos	2.237	
									Caixa proveniente das operações	892.053	
									Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(149.358)	
									Pagamento de juros sobre empréstimos (Nota 14)	(47.354)	
									Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	695.341	
									Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
									Remessa de mútuo com partes relacionadas (Nota 28 (e))	(125.873)	
									Recebimento de juros sobre mútuo com partes relacionadas (Nota 28 (e))	3.479	
									Recebimento de principal de mútuo com partes relacionadas (Nota 28 (e))	217.132	
									Aquisições à vista de bens do ativo imobilizado (Nota 13)	(15.173)	
									Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	79.565	
									Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
									Pagamento de empréstimos (Nota 14)	(350.000)	
									Pagamento de passivos de arrendamento (Nota 12)	(317)	
									Pagamento de dividendos (Nota 19 (d))	(381.252)	
									Remessa de mútuo com partes relacionadas (Nota 28 (e))	(205.737)	
									Recebimento de juros sobre mútuo com partes relacionadas (Nota 28 (e))	684	
									Recebimento de principal de mútuo com partes relacionadas (Nota 28 (e))	79.023	
									Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(731.569)	
									Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	43.337	
									Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício (Nota 7)	34.217	
									Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício (Nota 7)	77.554	
										34.217	

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 - Em milhares de reais						
	Reservas de Lucros		Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros (Prejuízos) acumulados	Total	
	Capital social integralizado	Reserva legal				
Em 31 de dezembro de 2020	507.106	29.512	-	(69.901)	(222.221)	244.496
Absorção do prejuízo pela reserva de lucros	-	(29.512)	-	-	-	29.512
Lucro líquido do exercício	-	-	-	235.748	-	235.748
Remensurações atuariais com benefícios de aposentadoria (Nota 18 (a))	-	-	-	(496)	-	(496)
Remensurações atuariais com benefícios de plano médico (Nota 18 (b))	-	-	-	(11.165)	-	(11.165)
Reserva legal	-	11.787	-	-	-	11.787
Dividendo obrigatório (Nota 19 (f))	-	-	-	(313)	-	(313)
Retenção de lucro no ano	-	-	-	(30.939)	-	(30.939)
Em 31 de dezembro de 2021	507.106	11.787	30.939	(81.564)	-	468.268
Lucro líquido do exercício	-	-	-	555.491	-	555.491
Absorção do prejuízo pela reserva de lucros	-	(11.111)	-	-	-	11.111
Remensurações atuariais com benefícios de aposentadoria (Nota 18 (a))	-	-	-	(66)	-	(66)
Remensurações atuariais com benefícios de plano médico (Nota 18 (b))	-	-	-	6.166	-	6.166
Reserva legal	-	27.775	-	-	-	27.775
Dividendo obrigatório (Nota 19 (f))	-	-	-	(5.388)	-	(5.388)
Antecipação pagamento de dividendos (Nota 19 (f))	-	-	-	(350.000)	-	(350.000)
Destinação de reserva de retenção para dividendos a pagar conforme ata de reunião da diretoria em 30 de abril de 2022.	-	-	-	(30.939)	-	(30.939)
Retenção de lucro no ano	-	-	-	533.439	-	533.439
Em 31 de dezembro de 2022	507.106	28.451	183.439	(75.464)	-	643.532

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022

1. Contexto operacional: A Novartis Biociências S.A. (a "Companhia" ou "Novartis") é uma sociedade anônima de capital fechado com sede em São Paulo, Estado de São Paulo. Sua controladora em última instância é a Novartis Pharma AG. A Companhia tem como objeto social a atividade preponderante, a fabricação e comercialização de medicamentos alopatóicos para uso humano. As demonstrações financeiras foram aprovadas pela administração da Companhia em 27 de abril de 2023. **1.1. Base de preparação:** As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e editados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente estas, as quais estão consistentes com as divulgadas pela administração no seu relatório. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas na Nota 31. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de determinados ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos), ativos dos planos de pensão, tem seu custo ajustado para refletir a mensuração ao valor justo. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e tem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras estão divulgadas na Nota 2. **1.2. Mudanças nas políticas contábeis e divulgações:** As seguintes normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2022. **Alteração ao CPC 27 "Ativo Imobilizado":** a alteração que proíbe uma entidade de deduzir do custo do imobilizado os valores recebidos da venda de itens produzidos enquanto o ativo estiver sendo preparado para seu uso pretendido. Tais receitas e custos relacionados devem ser reconhecidos no resultado do exercício. **Alteração ao CPC 25 "Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes":** esclarece que, para fins de avaliar se um contrato é oneroso, o custo de cumprimento do contrato inclui os custos incrementais de cumprimento desse contrato e uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente ao cumprimento dele. **Alteração ao CPC 15 "Combinação de Negócios":** substitui as referências da versão antiga da estrutura conceitual para a mais recente emitida em 2018. Aprimoramentos anuais - ciclo 2018-2020 - CPC 48 - "Instrumentos Financeiros" - esclarece quais taxas devem ser incluídas no teste de 10% para a baixa de passivos financeiros - CPC 06 - "Arrendamentos" - alteração de exemplo 13 a fim de excluir o exemplo de pagamentos do arrendador relacionados a melhorias no imóvel arrendado. As alterações mencionadas acima não tiveram impacto relevantes na Companhia. **2. Estimativas e julgamentos contábeis críticos:** As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. **2.1. Julgamentos críticos na aplicação das políticas contábeis da Companhia:** Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes podem ser diferentes dos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo. **a. Imposto de renda, contribuição social corrente e diferido:** A Companhia está sujeita ao imposto de renda e contribuição social corrente e diferido. A Companhia reconhece provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos serão devidos e calcula imposto diferido sobre os mesmos. Quando o resultado é impactado pela realização dessas provisões estimadas, essas diferenças afetarão os ativos e passivos fiscais correntes e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado. **b. Tratamentos fiscais incertos e contingências relacionadas:** A Companhia mantém certas discussões administrativas e judiciais com as autoridades fiscais no Brasil, relacionadas a certas posições fiscais adotadas na apuração do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido (IRPJ/CSLL), cuja análise atual de prognóstico, com base em avaliação interna e externa dos assessores jurídicos, é de que elas serão provavelmente aceitas em decisões de tribunais superiores de última instância. Contudo, a determinação final é incerta e depende de fatores não controlados pela Companhia, como mudanças na jurisprudência e alterações nas leis e regulamentos tributários. Caso tais tratamentos fiscais não sejam aceitos pelas referidas autoridades fiscais, o IRPJ/CSLL corrente a pagar aumentaria em R\$ 217.639 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 204.204 em 31 de dezembro de 2021). Um resumo sobre esses processos em discussão, anteriormente divulgados como contingências com risco de perda possível, e seus efeitos potenciais, está apresentado na Nota 26. **c. Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros:** O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço. Os derivativos contratados pela Companhia são NDF "Non deliverable Forward". **d. Benefícios de planos de pensão e plano médico:** O valor atual dos planos de pensão e plano médico depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (recetal) líquido para os planos de pensão e plano médico, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetariam o valor contábil das obrigações dos planos de pensão. A Companhia determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício. Esta é a taxa de juros que deveria ser usada para determinar o valor presente de fluxos saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, a Companhia considera as taxas de juros de títulos privados de longo prazo, de baixo risco de crédito, na data-base da avaliação atuarial. Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão e plano médico se baseiam, em parte, em condições atuais de mercado. Informações adicionais estão divulgadas na Nota 18. **e. Provisão programa de descontos:** A Companhia possui um programa de fidelidade que tem como objetivo proporcionar benefícios aos pacientes e ajudá-los a ter melhor acesso aos tratamentos. O programa consiste na emissão de um número de registro aos pacientes que lhes dá direito a descontos em farmácias para produtos selecionados da Novartis. Considerando que as vendas dos produtos inseridos nesse programa são realizadas inicialmente sem seus respectivos descontos, uma provisão é realizada. A estimativa para o cálculo da provisão de programa de desconto é baseada em dados históricos, através de percentual estimado de desconto a ser aplicado aos usuários de determinadas linhas de medicamentos, reduzindo a receita de vendas no momento em que as mesmas ocorrem. **f. Redução dos valores de recuperação dos ativos:** Na data de encerramento de cada período de relatório, a Companhia revisa os saldos dos ativos imobilizados, avaliando a existência de indicativos de que esses ativos têm sofrido redução em seus valores de recuperação (valor em uso). Na existência de tais indicativos, a administração efetua uma análise detalhada do valor recuperável para cada ativo através do cálculo do fluxo de caixa futuro individual descontado a valor presente ou valor de venda, ajustando o saldo do respectivo ativo, quando necessário. Em 2022, foi realizada a revisão dos saldos dos ativos imobilizados e não foi mapeado indicativo de impairment.

3. Gestão de risco financeiro: 3.1. Fatores de risco financeiro: As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. A Companhia usa instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco, especialmente de câmbio. A gestão de risco é realizada pelo departamento de operações financeiras da Companhia, seguindo as políticas globais aprovadas pela matriz. O departamento financeiro identifica, avalia o impacto e a Companhia contrata eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais da Companhia. A matriz estabelece princípios, por escrito, para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa. **a. Risco de mercado:** (i) **Risco cambial:** O risco associado decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzem valores nominais futuros ou aumentam valores captados no mercado. A Companhia tem compromissos de compras, bem como parte da receita de vendas em moeda estrangeira. Em complemento a este hedge natural, a Companhia contrata derivativos para reduzir a exposição ao risco de mudança na taxa de câmbio.

3.2. Gestão de risco financeiro: 3.2. Fatores de risco financeiro: As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. A Companhia usa instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco, especialmente de câmbio. A gestão de risco é realizada pelo departamento de operações financeiras da Companhia, seguindo as políticas globais aprovadas pela matriz. O departamento financeiro identifica, avalia o impacto e a Companhia contrata eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais da Companhia. A matriz estabelece princípios, por escrito, para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa. **a. Risco de mercado:** (i) **Risco cambial:** O risco associado decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzem valores nominais futuros ou aumentam valores captados no mercado. A Companhia tem compromissos de compras, bem como parte da receita de vendas em moeda estrangeira. Em complemento a este hedge natural, a Companhia contrata derivativos para reduzir a exposição ao risco de mudança na taxa de câmbio.

3.3. Gestão de risco financeiro: 3.3. Fatores de risco financeiro: As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. A Companhia usa instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco, especialmente de câmbio. A gestão de risco é realizada pelo departamento de operações financeiras da Companhia, seguindo as políticas globais aprovadas pela matriz. O departamento financeiro identifica, avalia o impacto e a Companhia contrata eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais da Companhia. A matriz estabelece princípios, por escrito, para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa. **a. Risco de mercado:** (i) **Risco cambial:** O risco associado decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzem valores nominais futuros ou aumentam valores captados no mercado. A Companhia tem compromissos de compras, bem como parte da receita de vendas em moeda estrangeira. Em complemento a este hedge natural, a Companhia contrata derivativos para reduzir a exposição ao risco de mudança na taxa de câmbio.

3.4. Ativos não circulantes mantidos para venda: Em 31 de setembro de 2021, a Novartis firmou um acordo vinculativo com partes interessadas para alienação do imóvel situado em Curitiba - Paraná, Brasil. A transação estava sujeita ao cumprimento de certas condições precedentes, o processo de alienação foi registrado pelo valor contábil e concluído em 17 de maio de 2022 com a assinatura do acordo no cartório. A operação gerou um ganho de R\$ 2.900 e foi registrado no resultado do exercício como "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" (Nota 24). Em 16 de dezembro de 2020, a Novartis firmou um acordo vinculativo com partes interessadas para alienação dos ativos imobilizados dedicados a unidade de Butantã em São Paulo, Brasil. A transação estava sujeita ao cumprimento de certas condições precedentes, a transação foi registrada ao seu valor justo e concluída em 01 de outubro de 2022. A operação gerou um ganho de R\$ 5.162 e foi registrado no resultado do exercício como "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" (Nota 24). Os ativos mantidos para venda são os seguintes:

	2022	2021
Alienação ativos unidade Butantã - SP	-	20.000
Alienação imóvel Curitiba - PR	-	3.100
	-	23.100

5. Instrumentos financeiros por categoria

	2022	2021
Passivo, conforme o balanço patrimonial	-	20.000
Empréstimos (Nota 14)	-	3.100
Passivos de arrendamento (Nota 12)	-	1.912
Mútuos com sociedades ligadas (Nota 28 (e))	-	166
Outros passivos	-	14.145
Formecedores (Nota 15)	241.684	-
	1.195.256	1.195.256

31 de dezembro de 2022

	2022
--	------

Novartis Biociências S.A.

CNPJ nº 56.994.502/0001-30

...continuação das Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

a. Outras informações: Os projetos em andamento referem-se, substancialmente, a gastos com melhorias em infraestruturas prediais, instalações, aquisição de equipamentos de informática e investimentos no laboratório de qualidade. Não há itens do imobilizado dados em garantia.

Partes Relacionadas	Moeda	Vencimento	Taxa anual de juros e comissões -% a.a.	2022	2021
Novartis Pharma AG	US\$ 40.000	04/10/2023	USD SOFR 1,09	208.708	225.095
				208.708	225.095

Banco - com garantia	Moeda	Vencimento	Taxa anual de juros e comissões -% a.a.	2022	2021
BNP Paribas Brasil	R\$ 100.000	-	6,85	-	103.352
BNP Paribas Brasil	R\$ 150.000	-	7,15	-	155.330
BNP Paribas Brasil	R\$ 100.000	-	14,46	-	101.899
BNP Paribas Brasil	R\$ 150.000	18/04/2023	13,79	164.491	150.479
Banco Santander	R\$ 200.000	12/09/2023	14,72	208.492	201.914
				372.983	712.974
				581.691	938.069
				372.983	714.848
				208.708	223.220

A movimentação no valor justo dos passivos é como segue:

	2022	2021
Em 1º de janeiro	178.333	167.077
Receita (despesas) reconhecida no resultado do período	21.072	(760)
Pagamentos diretos	(9.133)	(4.901)
Remunerações atuariais reconhecidas na demonstração do resultado abrangente	(8.453)	16.916
Em 31 de dezembro	181.839	178.332

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado são como segue:

	2022	2021
Em 1º de janeiro	178.333	167.077
Receita (despesas) reconhecida no resultado do período	21.072	(760)
Remunerações atuariais reconhecidas na demonstração do resultado abrangente	(9.133)	(4.901)
Remunerações atuariais reconhecidas na demonstração do resultado abrangente	(8.453)	16.916
Em 31 de dezembro	181.839	178.332

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado são como segue:

	2022	2021
Em 1º de janeiro	178.333	167.077
Receita (despesas) reconhecida no resultado do período	21.072	(760)
Remunerações atuariais reconhecidas na demonstração do resultado abrangente	(9.133)	(4.901)
Remunerações atuariais reconhecidas na demonstração do resultado abrangente	(8.453)	16.916
Em 31 de dezembro	181.839	178.332

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado são como segue:

	2022	2021
Em 1º de janeiro	178.333	167.077
Receita (despesas) reconhecida no resultado do período	21.072	(760)
Remunerações atuariais reconhecidas na demonstração do resultado abrangente	(9.133)	(4.901)
Remunerações atuariais reconhecidas na demonstração do resultado abrangente	(8.453)	16.916
Em 31 de dezembro	181.839	178.332

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado são como segue:

	2022	2021
Em 1º de janeiro	178.333	167.077
Receita (despesas) reconhecida no resultado do período	21.072	(760)
Remunerações atuariais reconhecidas na demonstração do resultado abrangente	(9.133)	(4.901)
Remunerações atuariais reconhecidas na demonstração do resultado abrangente	(8.453)	16.916
Em 31 de dezembro	181.839	178.332

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado são como segue:

	2022	2021
Em 1º de janeiro	178.333	167.077
Receita (despesas) reconhecida no resultado do período	21.072	(760)
Remunerações atuariais reconhecidas na demonstração do resultado abrangente	(9.133)	(4.901)
Remunerações atuariais reconhecidas na demonstração do resultado abrangente	(8.453)	16.916
Em 31 de dezembro	181.839	178.332

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado são como segue:

	2022	2021
Em 1º de janeiro	178.333	167.077
Receita (despesas) reconhecida no resultado do período	21.072	(760)
Remunerações atuariais reconhecidas na demonstração do resultado abrangente	(9.133)	(4.901)
Remunerações atuariais reconhecidas na demonstração do resultado abrangente	(8.453)	16.916
Em 31 de dezembro	181.839	178.332

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado são como segue:

	2022	2021
Em 1º de janeiro	178.333	167.077
Receita (despesas) reconhecida no resultado do período	21.072	(760)
Remunerações atuariais reconhecidas na demonstração do resultado abrangente	(9.133)	(4.901)
Remunerações atuariais reconhecidas na demonstração do resultado abrangente	(8.453)	16.916
Em 31 de dezembro	181.839	178.332

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado são como segue:

	2022	2021
Em 1º de janeiro	178.333	167.077
Receita (despesas) reconhecida no resultado do período	21.072	(760)
Remunerações atuariais reconhecidas na demonstração do resultado abrangente	(9.133)	(4.901)
Remunerações atuariais reconhecidas na demonstração do resultado abrangente	(8.453)	16.916
Em 31 de dezembro	181.839	178.332

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado são como segue:

	2022	2021
Em 1º de janeiro	178.333	167.077
Receita (despesas) reconhecida no resultado do período	21.072	(760)
Remunerações atuariais reconhecidas na demonstração do resultado abrangente	(9.133)	(4.901)
Remunerações atuariais reconhecidas na demonstração do resultado abrangente	(8.453)	16.916
Em 31 de dezembro	181.839	178.332

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado são como segue:

	2022	2021
Em 1º de janeiro	178.333	167.077
Receita (despesas) reconhecida no resultado do período	21.072	(760)
Remunerações atuariais reconhecidas na demonstração do resultado abrangente	(9.133)	(4.901)
Remunerações atuariais reconhecidas na demonstração do resultado abrangente	(8.453)	16.916
Em 31 de dezembro	181.839	178.332

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado são como segue:

	2022	2021
Em 1º de janeiro	178.333	167.077
Receita (despesas) reconhecida no resultado do período	21.072	(760)
Remunerações atuariais reconhecidas na demonstração do resultado abrangente	(9.133)	(4.901)
Remunerações atuariais reconhecidas na demonstração do resultado abrangente	(8.453)	16.916
Em 31 de dezembro	181.839	178.332

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado são como segue:

	2022	2021
Em 1º de janeiro	178.333	167.077
Receita (despesas) reconhecida no resultado do período	21.072	(760)
Remunerações atuariais reconhecidas na demonstração do resultado abrangente	(9.133)	(4.901)
Remunerações atuariais reconhecidas na demonstração do resultado abrangente	(8.453)	16.916
Em 31 de dezembro	181.839	178.332

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado são como segue:

	2022	2021
Em 1º de janeiro	178.333	167.077
Receita (despesas) reconhecida no resultado do período	21.072	(760)
Remunerações atuariais reconhecidas na demonstração do resultado abrangente	(9.133)	(4.901)
Remunerações atuariais reconhecidas na demonstração do resultado abrangente	(8.453)	16.916
Em 31 de dezembro	181.839	178.332

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado são como segue:

	2022	2021
Em 1º de janeiro	178.333	167.077
Receita (despesas) reconhecida no resultado do período	21.072	(760)
Remunerações atuariais reconhecidas na demonstração do resultado abrangente	(9.133)	(4.901)
Remunerações atuariais reconhecidas na demonstração do resultado abrangente	(8.453)	16.916
Em 31 de dezembro	181.839	178.332

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado são como segue:

	2022	2021
Em 1º de janeiro	178.333	167.077
Receita (despesas) reconhecida no resultado do período	21.072	(760)
Remunerações atuariais reconhecidas na demonstração do resultado abrangente	(9.133)	(4.901)
Remunerações atuariais reconhecidas na demonstração do resultado abrangente	(8.453)	16.916
Em 31 de dezembro	181.839	178.332

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado são como segue:

	2022	2021
Em 1º de janeiro	178.333	167.077
Receita (despesas) reconhecida no resultado do período	21.072	(760)
Remunerações atuariais reconhecidas na demonstração do resultado abrangente	(9.133)	(4.901)
Remunerações atuariais reconhecidas na demonstração do resultado abrangente	(8.453)	16.916
Em 31 de dezembro	181.839	178.332

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado são como segue:

	2022	2021
Em 1º de janeiro	178.333	167.077
Receita (despesas) reconhecida no resultado do período	21.072	(760)
Remunerações atuariais reconhecidas na demonstração do resultado abrangente	(9.133)	(4.901)
Remunerações atuariais reconhecidas na demonstração do resultado abrangente	(8.453)	16.916
Em 31 de dezembro	181.839	178.332

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado são como segue:

	2022	2021
Em 1º de janeiro	178.333	167.077
Receita (despesas) reconhecida no resultado do período	21.072	(760)
Remunerações atuariais reconhecidas na demonstração do resultado abrangente	(9.133)	(4.901)
Remunerações atuariais reconhecidas na demonstração do resultado abrangente	(8.453)	16.916
Em 31 de dezembro	181.839	178.332

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado são como segue:

	2022	2021
Em 1º de janeiro	178.333	167.077
Receita (despesas) reconhecida no resultado do período	21.072	(760)
Remunerações atuariais reconhecidas na demonstração do resultado abrangente	(9.133)	(4.901)
Remunerações atuariais reconhecidas na demonstração do resultado abrangente	(8.453)	16.916
Em 31 de dezembro	181.839	178.332

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado são como segue:

	2022	2021
Em 1º de janeiro	178.333	167.077
Receita (despesas) reconhecida no resultado do período	21.072	(760)
Remunerações atuariais reconhecidas na demonstração do resultado abrangente	(9.133)	(4.901)
Remunerações atuariais reconhecidas na demonstração do resultado abrangente	(8.453)	16.916
Em 31 de dezembro	181.839	178.332

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado são como segue:

	2022	2021
Em 1º de janeiro	178.333	167.077
Receita (despesas) reconhecida no resultado do período	21.072	(760)
Remunerações atuariais reconhecidas na demonstração do resultado abrangente	(9.133)	(4.901)
Remunerações atuariais reconhecidas na demonstração do resultado abrangente	(8.453)	16.916
Em 31 de dezembro	181.839	178.332

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado são como segue:

	2022	2021
Em 1º de janeiro	178.333	167.077
Receita (despesas) reconhecida no resultado do período	21.072	(760)
Remunerações atuariais reconhecidas na demonstração do resultado abrangente	(9.133)	(4.901)
Remunerações atuariais reconhecidas na demonstração do resultado abrangente	(8.453)	16.916
Em 31 de dezembro	181.839	178.332

Lucro antes do imposto

	2022	2021
Crédito (débito) sobre prejuízo calculado com base em aliquotas da legislação (34%)	(262.954)	(87.898)
Despesas não dedutíveis	(4.617)	(4.574)
Ajuste transfer pricing (a)	(1.108)	(1.190)
Incentivos fiscais (*)	42.884	27.245
Expurgo selic (b)	557	10.977
Unificação base de cálculo do diferido	-	26.570
Outros ajustes	7.335	6.094
Imposto de renda e contribuição social corrente no resultado	(217.903)	(22.776)
Taxa efetiva	28%	9%

(*) A Companhia participa de planos de incentivos fiscais liberados pelo governo: Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico (P&D), Programa Alimentação e Trabalho (PAT), Doações/Patrocínio de Caráter Cultural - Lei Rouanet, Fundo Amparo a Criança e Adolescente (FUNCAAD), Doações e Patrocínio ao Desporto e Proterrogção de Licença-maternidade.

Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente: A Companhia possui discussões tributárias que se referem aos processos de Transfer Pricing no valor total de R\$ 640.116 em 31 de dezembro de 2022 e no valor de R\$ 600.600 em 31 de dezembro de 2021, decorrentes de diferenças nos ajustes de preços de transferência dos ano-anteriores de 1997, 1998, 2003, 2006 e 2012 em diferentes fases de discussão na via administrativa e judicial. A administração, apoiada na posição de seus assessores jurídicos, entende que as deduções efetuadas serão provavelmente aceitas em decisões de tribunais superiores de última instância (probabilidade de aceite >50%), pelo seu valor total e, por esse motivo, não registrou qualquer passivo de IRPJ/CSLL em relação a esses processos.

Non incidência do IRPJ e da CSLL sobre a atualização pela Selic na devolução de tributos pagos indevidamente: Em 24 de setembro de 2021, o Superior Tribunal Federal ("STF") julgou o mérito do Recurso Extraordinário (RE) 1.063.187 que fixou a tese do Tema no 962, no sentido de ser inconstitucional a incidência do IRPJ e da CSLL sobre os valores referentes à atualização monetária pela taxa Selic recebidos em razão de repetição de indébito tributário. A decisão, sob a sistemática de repercussão geral, foi unânime entre os ministros do STF. Embora o acórdão do RE julgado pelo STJ, publicado em 16 de dezembro de 2021, não tenha transitado em julgado e restando à PGFN eventual interposição de embargos de declaração e modulação dos efeitos da decisão no STF, a decisão de mérito já foi favorável e a maioria dos contribuintes, não havendo incertezas relevantes em relação ao mérito da questão que não estejam sob o controle das instâncias. Em abril de 2022, o STJ decidiu modular os efeitos da decisão, resguardando aos contribuintes que ingressaram com ação judicial própria até a data de 29 de setembro de 2021, o direito de restituir o IRPJ e a CSLL do período de 5 anos anteriores a data do ajuizamento da ação judicial, ainda que as entidades não tenham sua ação judicial transitado em julgado. Em 17 de setembro de 2017, a Novartis impetrou mandado de segurança objetivando questionar a incidência do IRPJ e da CSLL sobre a atualização monetária pela Selic de inadidos tributários sendo que em fevereiro de 2022 foi proferida sentença julgando parcialmente procedentes os pedidos da ação para afastar a exigibilidade do IRPJ e da CSLL sobre a taxa Selic recebida em razão da repetição de indébito tributário, e impropriedade quanto ao afastamento da exigibilidade do IRPJ e da CSLL sobre a taxa Selic recebida em razão de depósitos judiciais, inadidos previdenciários, e em relação à exigibilidade do PIS e da COFINS sobre a taxa Selic recebida em razão da repetição de indébito. Em março de 2022, foi proferido o recurso de apelação que aguarda desde então julgamento por parte do TRF da 3ª região. A Companhia entende que o direito à restituição do IRPJ/CSLL da referida ação judicial será provavelmente aceito em decisões de tribunais superiores de última instância (probabilidade de aceite >50%), e por esse motivo, reconhecemos, em 2021, os créditos de IRPJ e CSLL no valor de R\$ 14.052, na linha de IRPJ/CSLL, em contrapartida a tributos a recuperar no longo prazo. A Companhia aguarda o trânsito em julgado de sua ação para a início do processo de restituição/compensação.

27. Provisão para Processos Judiciais: A Companhia tem passivos contingentes relacionados com ações judiciais decorrentes do curso normal dos negócios. **A Companhia apresenta para fins de**



Novartis Biociências S.A.

CNPJ nº 56.994.502/0001-30

...continuação das Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

de juros consistentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão. Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes pela experiência e nas mudanças das premissas atuariais são registrados diretamente no patrimônio líquido, como outros resultados abrangentes, quando ocorrerem. O custo de serviços passados são imediatamente reconhecidos no resultado. Com relação a partes de contribuição definidas dos planos de pensão, a Companhia faz contribuições de forma obrigatória, contratual ou voluntária. A Companhia não tem nenhuma obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas. As contribuições feitas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na proporção em que um reembolso em dinheiro ou uma redução dos pagamentos futuros estiver disponível. **k. Obrigação com plano médico:** A Companhia oferece benefício de assistência médica pós-aposentadoria a seus empregados. O direito a esses benefícios é, geralmente, condicionado à permanência do empregado no emprego até a idade de aposentadoria e a conclusão de um tempo mínimo de serviço. Os custos esperados desses benefícios são acumulados durante o período de emprego, usando a mesma metodologia contábil usada para os planos de pensão de benefício definido. Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e mudanças das premissas atuariais são debitados ou creditados ao patrimônio líquido, em outros componentes do resultado abrangente. Essas obrigações são avaliadas, anualmente, por atuários independentes qualificados e **k. Participação nos lucros e benefícios:** O reconhecimento de despesa para o exercício findo nesta data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

31.15. Capital social: As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. **Reserva legal:** A reserva legal é constituída anualmente com destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. **Reserva de retenção:** A reserva de retenção foi constituída sobre o lucro líquido ajustado após a dedução dos dividendos antecipados. Em 31 de dezembro de 2022, no valor de R\$ 193,49 e em 31 de dezembro de 2021, no valor de R\$ 30.939. **31.16. Reconhecimento de receita:** A receita é reconhecida no valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos (inclusive as estimativas de descontos que virão a ser concedidos, com base nos critérios estabelecidos nos programas de descontos). A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda. **v. Venda de produtos:** A distribuição é feita de maneira diversificada através de diferentes canais que variam de acordo com o perfil de cada produto: instituições públicas, distribuidores, redes de farmácia, clínicas especializadas e *deliveries*. As vendas são reconhecidas quando o controle sobre os produtos é transferido, ou seja, no momento da entrega dos produtos para o cliente, o qual passa a ter total liberdade sobre o canal e o preço de venda dos produtos, e desde que não haja nenhuma obrigação não satisfatória que possa afetar a aceitação dos produtos pelo cliente. A entrega ocorre quando os produtos são enviados para a localidade especificada, os riscos de obsolescência e perda são transferidos para o atacadista, o atacadista aceita os produtos, de acordo com o contrato de venda, e as disposi-

ções de aceite tenham prescritas ou a Companhia tenha evidências objetivas de que todos os critérios de aceite das mercadorias foram atendidos. A receita dessas vendas é reconhecida com base no preço estabelecido no contrato, líquido dos descontos de volume estimados. A experiência acumulada é usada para estimar e registrar as provisões para descontos por meio do método de valor estimado. A receita é reconhecida apenas na medida em que for altamente provável que não irá ocorrer uma reversão significativa. Os prazos de pagamento variam conforme perfil de cliente e linha de produtos e/ou Unidade de Negócios e não possuem caráter de financiamento e são incluídos em receitas com a prática do mercado. **31.17. Alterações de normas novas que ainda não estão em vigor:** As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2022. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). **Alteração ao CPC 26 "Apresentação das demonstrações contábeis"** emitida em maio de 2020, com o objetivo esclarecer que os passivos são classificados como circulantes ou não circulantes, dependendo dos direitos que existem no final do período. A classificação não é afetada pelas expectativas da entidade ou eventos após a data do relatório (por exemplo, o recebimento de um *waiver* ou quebra de *covenant*). As alterações também esclarecem o que se refere "liquidação" de um passivo à luz do IAS 1. As alterações do CPC26 têm vigência a partir de 1º de janeiro de 2023. **Alteração ao CPC 26 e IFRS Practice Statement 2 - Divulgação de políticas contábeis** em fevereiro de 2021 o IASB emitiu nova alteração ao CPC26 sobre divulgação de políticas contábeis "materiais" ao invés de políticas contábeis "significativas". As alterações definem o que é "informação de política contábil material" e explicam como identificá-las. Também esclarece que informações materiais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações mais relevantes. Para apoiar esta alteração, o IASB também alterou a "IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgments" para fornecer orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às

divulgações de política contábil. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023. **Alteração ao CPC23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro:** a alteração emitida em fevereiro de 2021 esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas retrospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023. **Alteração ao CPC32 - Tributos sobre o lucro:** a alteração emitida em maio de 2021 requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exigirá o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023. **Alteração ao CPC50 - Contratos de seguros:** O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) disponibilizou para audiência pública em junho de 2019 a Minuta do Pronunciamento Técnico CPC 50 - Contratos de Seguro (correspondente ao IFRS 17 - Insurance Contracts), onde várias sugestões e comentários foram enviados. O objetivo é assegurar que uma entidade forneça informações relevantes que representem de forma fiável a essência desses contratos, por meio de um modelo de contabilidade consistente. Não há outras normas CPCs ou interpretações IFRIC que ainda não tenham entrado em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Renato Henrique Garcia Carvalho - Gerente geral - CEO

Luigi Tomba - Diretor financeiro - CFO

Luciano Corradini - Brasil FRA Head

Marcia Adriana Carvalho Eira - Contadora - CRC ISP 256.614/0-3

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas da Novartis Biociências S.A. - São Paulo - SP
Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Novartis Biociências S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Novartis Biociências S.A. em 31 de dezembro de 2022, de maneira fiel e independente das operações e dos fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos: Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior: O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e respectivas notas explicativas para o exercício findo nesta data, apresentados em valores correspondentes nas demonstrações financeiras do exercício corrente, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 28 de abril de 2022, sem modificação. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção material, em todas as materialidades relevantes. Em relação às demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, o que não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível

de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossos conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nossa relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de abril de 2023

KPMG Auditores Independentes Ltda. Fabio Lopes do Carmo Contador CRC 1SP192712/0-3

EDITAL PARA ANUNCIO DE LICITAÇÃO GERAL - PRAZO 30 DIAS. PROCESSO Nº 1006158-41.2023.8.26.0504 (O/A) MM. Juiz(a) de Direito da 3ª Vara de Família e Sucessões, do Foro de Santo André, Estado de São Paulo, Dr(a). Fernanda de Almeida Pernambuco, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a quem possa interessar, que neste Juízo tramita a ação de Alteração de Regime de Bens movida por Luciano de Paula Viana Gomes e Daniele Ramos Silva, por meio da qual os requerentes indicados tentam alterar o regime de bens do casamento, de Comunhão Parcial de Bens para Separação de Bens. O presente edital é expedido nos termos do artigo 734, § 1º do CPC, e será por extrato, afixado e publicado na forma da Lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de Santo André, aos 24 de março de 2023.

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1009442-71.2018.8.26.0606 O MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Cível, do Foro de Suzano, Estado de São Paulo, Dr. PAULO EDUARDO DE ALMEIDA CHAVES MARSIGLIA, na forma da Lei, etc. FAZ SABER ao RODRIGO FAMILIETTI, CPF 215.831.488-50, que lhe foi proposta uma ação de Procedimento Comum Civil por parte de Lucia Hissae Tajiri Inoue e outros, objetivando a outorga da escritura definitiva do imóvel sito a Rua Euclides Damiani 768 e respectivo terreno constituído por parte do lote 09, da Quadra 13 da Vila Amorim, objeto da matrícula nº 2.860 do CRISuzano, e sobreiro a notícia de óbito do corréu Rocco Familietti, sendo determinada a habilitação de seus herdeiros. Encontrando-se o herdeiro em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 05 dias úteis, que fluirão após o decurso do prazo do presente edital, querendo, não sabido, não compareça, certos, desconhecidos, eventuais interessados que Luisa Casuse Yotsuda e Armando Kazuto Yotsudaajuaram Ação de Usucapião visando o domínio dos imóveis descritos como um terreno com área de 651,00m², medindo 18,00m para a Rodovia União Tibirica, situado no Bairro das Palmeiras, ou Baruel, perimetro urbano de São Paulo, com área de 3.279,50m², remanescente da matrícula nº 38.245 do CRISuzano, sendo que sobre o imóvel foi edificado um prédio sob o nº 11.803 da Rodovia União Tibirica, C.M. 90-457-027 -AB, confrontando com quem de direito, e que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a fluir após o do supra, contestem a ação, sob pena de confissão e revelia, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da Lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de Suzano, aos 20 de abril de 2023.

Edital de Citação Prazo De 20 Dias, expedido nos autos da Ação de Usucapião. PROCESSO Nº 10091114-2.2018.8.26.0606 (O/A) MM. Juiz(a) de Direito da 4ª Vara Cível do Foro de Suzano, Estado de São Paulo, Dr. Eduardo Calvert, na forma da Lei, etc. Citação. Prazo 20 dias, Proc. 10091114-2.2018.8.26.0606. O Dr. Eduardo Calvert, Juiz de Direito da 4ª Vara Cível da Comarca de Suzano/SP, na forma da Lei, etc. Faz Saber a Paulo Yoshinobu Hayashi e s/m Olga Sasazawa Hayashi, Jorge Mussi e s/m Lúcia Binotti Mussi, Elias Jorge e s/m Jocelina da Cunha Jorge, Vicente Cardoso, cônjuges se casados foram, eventuais herdeiros e/ou sucessores, bem como seus rúis ausentes, certos, desconhecidos, eventuais interessados que Neusa Casuse Yotsuda e Armando Kazuto Yotsudaajuaram Ação de Usucapião visando o domínio dos imóveis descritos como um terreno com área de 651,00m², medindo 18,00m para a Rodovia União Tibirica, situado no Bairro das Palmeiras, ou Baruel, perimetro urbano de São Paulo, com área de 3.279,50m², remanescente da matrícula nº 38.245 do CRISuzano, sendo que sobre o imóvel foi edificado um prédio sob o nº 11.803 da Rodovia União Tibirica, C.M. 90-457-027 -AB, confrontando com quem de direito, e que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a fluir após o do supra, contestem a ação, sob pena de confissão e revelia, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da Lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de Suzano, aos 19 de abril de 2023.

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS, expedido nos autos da Ação de Usucapião, PROCESSO Nº 1116055-9.2018.8.26.0100 (O/A) MM. Juiz(a) de Direito da 4ª Vara Cível do Foro de Suzano, Estado de São Paulo, Dr. Eduardo Calvert, na forma da Lei, etc. Citação. Prazo 20 dias, Proc. 10091114-2.2018.8.26.0606. O Dr. Eduardo Calvert, Juiz de Direito da 4ª Vara Cível da Comarca de Suzano/SP, na forma da Lei, etc. Faz Saber a(s) Titulares de domínio: José de Assis Fleming e s/m Judith Tolpo Fleming, Benedito de Assis Fleming e s/m Benedita Marcondes Fleming, João de Assis Fleming e s/m Pedrina Bert Fleming, Maria Aparecida de Oliveira, Geralda Fleming Rodrigues e s/m Antonio Rodrigues, Roque Assis Fleming e s/m Edil Aparecida Cabral Fleming, Antonio de Oliveira e s/m Marcelina Markevich de Oliveira, Maria da Penha Oliveira e Marcio de Oliveira, Conceição Aparecida de Oliveira e Geraldo de Oliveira, Rosa Angelina Fleming, Inessa Indústria Médica e Fundação Santiago Ltda. Confrontantes: Elaine Batista Vaz Ungari, Luiz Inácio Ungari, Rinaldo Ungari, Santa Batista Vaz, Joaquim Cordeiro de Jesus, e de seus rúis ausentes, incertos, desconhecidos, eventuais interessados, bem como seus cônjuges e/ou sucessores, que Leandro Donizete Pinto e Alessandra Félix ajuzaram Ação de Usucapião visando o domínio do imóvel descrito como um terreno e respectivo galpão localizado na Rua Afonso Gonçalves, 09, artigo nº 12, lote 15 da Vila Gonçalves no 4º Subdistrito de Nossa Senhora do O, com área de 206,31m², objeto das transcrições nºs 67.687 e 106.553 do 8º CRISP/S e C.M. 074.077.0030-3, alegando posse mansa e pacífica no prazo legal. Estando em termos de presente edital para citação dos supramencionados para contestarem no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a fluir após o prazo de 20 (vinte) dias da publicação deste edital. Não sendo contestada a ação, os requeridos serão considerados revelis, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da Lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 26 de abril de 2023.

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 30 DIAS. PROCESSO Nº 0004089-18.2021.8.26.0071 O MM. Juiz de Direito da 7ª Vara Cível, do Foro de Bauru, Estado de São Paulo, Dr. JAYTER CORTÉZ JUNIOR, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a MARIA CECILIA VENDRUSCO DE JACOB, Brasileira, RG 112557715P, CPF 07824.698-00, com endereço à Rua Tenente Manoel Reginato, s/nº, Direção TTE, 306, F.V. Vila Americana, CEP 17588-000, Bauru, SP, que lhe foi proposta uma ação de Incidente de Desconsideração de Personalidade Jurídica por parte de Mapfre Vera Cruz Seguradora Sa, alegando em síntese ser credora da executada do valor de R\$ 10.173,93 (10.173,93), foi instaurado o presente incidente de desconhecimento da personalidade jurídica para inclusão dos sócios. Encontrando-se a requerida em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para nos termos do artigo 135 do Código de Processo Civil, o sócio ou a pessoa jurídica fica citada para manifestar-se e requerer as provas cabíveis no prazo de 15 (quinze) dias úteis, que fluirão após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta, não sendo contestada a ação, a requerida será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da Lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de Bauru, aos 25 de abril de 2023.

EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0000208-38.2023.8.26.0564 (O/A) MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara Cível, do Foro de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo, Dr(a). Mauricio Tini Garcia, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(s) TRANSLATANTE PACIFIC C TRANS LTDA, CNPJ: 59.502.971/0001-82, com endereço à Avenida Hervalma-5,230/236, Taboão, CEP 09663-000, São Bernardo do Campo - SP que por este Juízo, tramita de uma ação de Cumprimento de sentença, movida por Perm Comercio de Auto Peças Ltda. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, nos termos do artigo 513, §2º, IV do CPC, foi determinada a sua INTIMAÇÃO, por EDITAL, para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, que fluirão após o decurso do prazo do presente edital, pague a quantia de R\$ 6.672,87, devidamente atualizada, sob pena de multa de 10% sobre o valor do débito e honorários advocatícios de 10% (artigo 523 e parágrafos, do Código de Processo Civil). Fica ciente, ainda, que nos termos do artigo 525 do Código de Processo Civil, transcritório o período acima indicado sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias úteis para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da Lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 26 de abril de 2023.

EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0013577-36.2023.8.26.0100 (O/A) MM. Juiz(a) de Direito da 40ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Paula Veloso Rodrigues Ferrari, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a SOCIEDADE DE INVESTIMENTOS S&O PAULO, CNPJ 60.956.513/0001-00, que por este Juízo, tramita de uma ação de Cumprimento de sentença, movida por TELEFONICA BRASIL S/A. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, nos termos do artigo 513, §2º, IV do CPC, foi determinada a sua INTIMAÇÃO, por EDITAL, para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, que fluirão após o decurso do prazo do presente edital, pague a quantia de R\$ 1.208,61 (Fev/2023), devidamente atualizada, sob pena de multa de 10% sobre o valor do débito e honorários advocatícios de 10% (artigo 523 e parágrafos, do Código de Processo Civil). Fica ciente, ainda, que nos termos do artigo 525 do Código de Processo Civil, transcritório o período acima indicado sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias úteis para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da Lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 23 de abril de 2023.

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0057064-38.2012.8.26.0554 (O/A) MM. Juiz(a) de Direito da 4ª Vara Cível, do Foro de Santo André, Estado de São Paulo, Dr(a). Alexandre Drieti Stauber, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(s) TRANSPORTES DOLVED LTDA EPP, CNPJ 71.710.156/0001-04, que lhe foi proposta uma ação de Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária por parte de Banco Safra Sa no valor de R\$ 254.830,00 (duzentos e cinquenta e quatro mil e oitocentos e trinta reais) (artigo 1.311), decorrente da cédula de crédito bancário nº 1454087 emitida em 22/02/12, tendo por garantia em alienação fiduciária os seguintes bens: Escavadeira, Modelo SY215C, ano 2011; Escavadeira, Hyundai, R320L-C7, ano 2009; Escavadeira, Hyundai, R210-LC7, ano 2008; Caminhão, Volkswagen, ano 2001, placa DAH 2255; Caminhão, Ford, DAJ 9607. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 (quinze) dias, que fluirão após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da Lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de Santo André, aos 18 de abril de 2023.

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1020755-93.2021.8.26.0001 (O/A) MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara Cível, do Foro Regional I - Direção, Estado de São Paulo, Dr(a). FERNANDO AWEJENSZ ERN PAVL OVSKY, na forma da Lei. FAZ SABER a(s) CARLOS ALBERTO NOGUEIRA JUNIOR, RG 23.598.495-4, CPF 136.771.148-70, que lhe foi proposta uma ação de Execução de Título Extrajudicial por parte de Rosana Calisto Barcal, objetivando a quantia de R\$6.278,68 (nov/21, fls. 22/23) decorrente da devolução do cheque nº AX-000110 do Banco 341, agência 8859, c/c 52386-5 emitido em 11/06/21. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirão após o decurso do prazo do presente edital, pague a quantia de R\$ 6.672,87, devidamente atualizada, sob pena de multa de 10% sobre o valor do débito e honorários advocatícios de 10% (artigo 523 e parágrafos, do Código de Processo Civil). Fica ciente, ainda, que nos termos do artigo 525 do Código de Processo Civil, transcritório o período acima indicado sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias úteis para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da Lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 04 de abril de 2023.

EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 30 DIAS. PROCESSO Nº 0002998-18.2021.8.26.0191 (O/A) MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara, do Foro de Ferraz de Vasconcelos, Estado de São Paulo, Dr(a). FERNANDO AWEJENSZ ERN PAVL OVSKY, na forma da Lei. FAZ SABER a(s) MARCOS TASSO MARTINELLI, (Outros nomes: Alcumã -), Brasileiro, Solteiro, Assessor, RG 9.667.611-5, CPF 035.265.358-25, pai Mario Martinelli, mãe Marlene Tasso Martinelli, nascido em São Paulo - SP, com endereço a Rua Sete de Setembro, 138, Centro, CEP 08674-205, Suzano - SP que por este Juízo, tramita de uma ação de Cumprimento de sentença, movida por SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL SENAAC CNPJ 03.709.614/0001-98, Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, nos termos do artigo 513, §2º, IV do CPC, foi determinada a sua INTIMAÇÃO, por EDITAL, para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, que fluirão após o decurso do prazo do presente edital, pague a quantia de R\$ 142.859,53, devidamente atualizada, sob pena de multa de 10% sobre o valor do débito e honorários advocatícios de 10% (artigo 523 e parágrafos, do Código de Processo Civil). Fica ciente, ainda, que nos termos do artigo 525 do Código de Processo Civil, transcritório o período acima indicado sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias úteis para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da Lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de Ferraz de Vasconcelos, aos 02 de dezembro de 2022.

		2022		2021				2022		2021	
		Contro- ladora	Conso- lidado	Contro- ladora	Conso- lidado	Contro- ladora	Conso- lidado	Contro- ladora	Conso- lidado	Contro- ladora	Conso- lidado
Balancos patrimoniais - 31 de Dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)											
		2022		2021		2022		2021		2021	
		Contro- ladora	Conso- lidado	Contro- ladora	Conso- lidado	Contro- ladora	Conso- lidado	Contro- ladora	Conso- lidado	Contro- ladora	Conso- lidado
Ativo		845.258	851.018	566.504	572.575	845.258	851.018	566.504	572.575		
Circulante		464.195	476.835	299.589	312.474	210.825	221.579	131.007	137.077		
Caixa e equivalentes de caixa		16.177	20.230	14.724	19.749	115.238	103.096	41.944	44.660		
Contas a receber de clientes		182.099	188.193	114.166	119.831	6.369	6.369	3.612	3.612		
Instrumentos financeiros		95	95	-	-	15.191	15.192	24.413	25.300		
Impostos a recuperar		69.265	70.101	46.799	47.286	3.996	3.996	2.492	2.492		
Antecipação de impostos		23.958	23.958	8.773	8.773	7.729	8.382	2.259	2.855		
Estoques		166.181	167.818	108.210	109.490	16.441	16.694	10.216	10.301		
Adiantamentos		6.421	6.440	6.917	7.345	21.109	21.523	10.007	10.200		
Não circulante		381.063	374.183	266.915	260.102	12.436	12.452	8.188	8.188		
Imposto de renda e contribuição social diferido		690	690	22.160	22.160	23.262	24.913	18.592	20.195		
Impostos a recuperar		4.320	4.230	2.755	2.717	8.972	8.972	9.286	9.286		
Depósitos judiciais		3.399	3.399	2.821	2.821	143.836	143.842	94.470	94.470		
Investimento		12.949	-	9.006 </td <td>-</td> <td>78.969</td> <td>78.969</td> <td>46.246</td> <td>46.246</td> <td></td> <td></td>	-	78.969	78.969	46.246	46.246		
Imobilizado		185.333	191.354	142.505	144.631	19.966	20.002	12.361	12.361		
Intangível		174.373	174.421	87.668	87.717	13.646	13.646	14.566	14.566		
						31.225	31.225	21.297	21.297		
						485.597	485.597	341.028	341.028		
						410.246	410.246	309.731	309.731		
						75.351	75.				